

TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO E FORMAS DE SOFRIMENTO: UM NOVO SUJEITO SOCIAL DOCENTE NO BRASIL?¹

Flavia Maia Cerqueira Rodrigues²

Carla Macedo Martins³

Resumo

O artigo analisa a construção do sujeito social docente contemporâneo à luz das mutações tecno-precarizantes do trabalho sob o neoliberalismo. Para tal, exploram-se os efeitos da flexibilização, terceirização, informalização, plataformização, uberização e empreendedorismo neoliberal em termos não só de afecções na saúde física e mental, mas também nas formas de subjetificação do professorado, ocorrendo, em última instância, uma desidentificação e despessoalização, via submissão ao controle integral, às violências e às transformações da função social do profissional.

Palavras-chave: precarização; neoliberalismo; empreendedorismo; trabalho docente; sujeito social

TRANSFORMACIONES DEL TRABAJO Y FORMAS DE SUFRIMIENTO: ¿UN NUEVO SUJETO SOCIAL DE ENSEÑANZA EN BRASI?

Resumen

El artículo analiza la construcción del sujeto social docente contemporáneo a la luz de las mutaciones tecno-precarizantes del trabajo bajo el neoliberalismo. El texto explora los efectos de la flexibilización, la subcontratación, la informalización, la plataformatización, la uberización y el emprendimiento neoliberal en términos no sólo de las condiciones de salud física y mental, sino también en las formas de subjetivación de la profesión docente, que en última instancia resultan en una desidentificación y despessoalización del sujeto, vía sumisión al control total, violencia y transformaciones en el rol social del profesional.

Palabras clave: precariedad; neoliberalismo; emprendimiento; trabajo docente; sujeto social

TRANSFORMATIONS OF WORK AND FORMS OF SUFFERING: A NEW TEACHING SOCIAL SUBJECT IN BRAZIL?

Abstract

The article analyzes the construction of the contemporary teacher's subjectivity considering the techno-precarious mutations of educational work under neoliberalism. The text explores the effects of flexibilization, outsourcing, informalization, platformization, uberization and neoliberal entrepreneurship in terms not only of physical and mental health, but also in the forms of teacher's subjectification, ultimately resulting in a de-identification and depersonalization, via submission to full control, violence, and transformations of the teachers' social roles.

Keywords: precariousness; neoliberalism; entrepreneurship; teaching; social subject.

¹Artigo recebido em 27/01/2024. Primeira avaliação em 05/04/2024. Segunda avaliação em 24/04/2024. Aprovado em 30/07/2024. Publicado em 07/08/2024.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v22i48.61611>.

²Mestre em Educação Profissional em Saúde pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/FIOCRUZ), Rio de Janeiro - Brasil. Professora da Educação Básica (EJA) na Rede Municipal do Rio de Janeiro. E-mail: flaviaginho@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4036413082454037>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2547-8778>.

³Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/FIOCRUZ), Rio de Janeiro - Brasil. E-mail: carla.martins@fiocruz.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9499749627869968>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5432-2687>.

Introdução

As expressões atuais de precarização do trabalho no contexto do neoliberalismo - projeto capitalista de reestruturação do Estado, da política, do trabalho e das relações sociais - têm determinadas formas de sujeito social. O professorado não se coloca à parte deste conjunto de mutações. Neste sentido, o artigo analisa a constituição do sujeito social docente contemporâneo e seus sofrimentos, inclusive condicionadas e potencializadas pelas tecnologias digitais, à luz do neoliberalismo e da precarização do trabalho.

O texto se divide em cinco itens. No primeiro, percorremos as expressões da precarização do trabalho docente, considerando, em particular, as tecnologias digitais. No segundo, discutimos o sujeito social contemporâneo, tomando, como suas determinações, o trabalho precarizado sob o neoliberalismo. No terceiro, focamos nas formas de sofrimento da classe trabalhadora *vis a vis* o exposto nos itens anteriores. No quarto, a partir de uma análise descritivo-exploratória de um *corpus* constituído por 22 artigos científicos, publicados no período de 2018 a 2022, apresentamos um panorama das implicações deste contexto na saúde física e mental do professorado. Por fim, no quinto, também a partir do *corpus* mencionado, tecemos considerações sobre as mutações sofridas pelo sujeito docente contemporâneo.

Precarizações e tecnologias no trabalho docente contemporâneo

Nosso foco, neste item, consiste em apresentar, de forma panorâmica, as tecno-mutações precarizantes do trabalho docente, cuja compreensão consideramos fundamental para a análise do sujeito social docente e seus sofrimentos. O sujeito social deve ser considerado, numa perspectiva materialista-histórica, à luz do tempo histórico e da realidade concreta das múltiplas determinações da sociedade capitalista, dentre as quais as mutações sofridas pelo trabalho para a continuidade da reprodução do capital (Mattos, 2019, p. 47).

A classe trabalhadora, assim como a burguesa, apresenta uma unidade, porém também especificidades em seu interior. Para os fins de nosso artigo, a heterogeneidade da classe marca a perspectiva da singularidade da categoria docente – e de seus sofrimentos - enquanto objeto de análise, ao mesmo tempo em

que tal categoria se encontra mergulhada na produção da totalidade da sociedade capitalista.

Uma segunda observação preliminar se relaciona ao conceito de precarização. Embora, em certo sentido, o trabalho sob o capital tenha sempre sido precarizado, tomamos, como ponto de partida, a novidade dos fenômenos rotulados genericamente de “precarização do trabalho”. Assim, a precarização “é um novo e um velho fenômeno” (Druck, 2011, p. 37). Ademais, a classe trabalhadora hoje é mais intrincada e fragmentada do que o proletariado industrial clássico (Antunes, 2020a), o que exige aportes e abordagens articulados à dinâmica do presente.

Para analisar a conformação atual do trabalho docente, Rodrigues (2023) discute um panorama das formas hodiernas de precarização - como flexibilização (Antunes, 2021; 2020a; Alves, 2021), terceirização (Oliveira e Druck, 2021), informalização (Souza e Trovão, 2022), plataformização (Grohmann, 2020), uberização (Abílio et al., 2021A; Abílio, 2021) e empreendedorismo (Pereira e Martins, 2023) - concluindo que tais formas estão presentes hoje no trabalho docente. Turmas com número excessivo de estudantes, demandas de produtividade, submissão a duplas ou triplas jornadas, manuseio de ferramentas tecnológicas sem apoio, gestão de redes sociais, aquisição de ferramentas tecnológicas sem recursos financeiros do empregador, e disponibilidade constante para atendimento a coordenações, famílias e estudantes, além de outras situações laborais Rodrigues (2023) são expressões destas mutações laborais. Em particular, a ampliação do trabalho remoto, da uberização e da plataformização tem contribuído para aprofundar a precarização e intensificação do trabalho docente (Elias e Navarro, 2019; Troitinho et al, 2021; Pinho et al., 2021), inclusive impactando negativamente a formação discente (Palácios e Fleck (2020).

Neste contexto, não constitui originalidade apontar que as tecnologias digitais da informação e comunicação, traduzidas na expressão “indústria 4.0”, exercem papel crucial tanto na informalização dos contratos laborais, quanto no controle e na expansão do trabalho intermitente (Antunes, 2020a e 2020b, entre outros). A rigor, para Antunes (2020b, p. 13), “as tecnologias de informação e comunicação assumem um papel central “entre os distintos mecanismos de acumulação criados

pelo capitalismo financeiro de nosso tempo”⁴. O trabalho docente não se situa à parte desta tendência geral, na qual a tecnologia digital ocupa um lugar essencial. Para Previtali e Fagiani (2020, p. 230), “o processo de trabalho docente, sob o impacto da indústria 4.0 (...) tem vivenciado transformações que levam à perda de autonomia para tomada de decisões sobre os meios e os fins do processo educacional”.

Sobre a relação entre precarização e uso de tecnologias, podemos retomar, em específico, a uberização do professorado⁵. Em termos meramente fenomênicos, esta parece assolar apenas os entregadores e as entregadoras de aplicativos; contudo, a uberização aliada ao uso de tecnologias, em distintas manifestações, vem atingindo também a categoria docente das mais distintas formas. Silva (2019) conclui que, além da precarização do trabalho docente, a plataformização via utilização de aplicativos possibilita o monitoramento ideológico, coerente com a lógica da “fiscalização dos serviços pelos consumidores”: nas palavras da autora, “a tecnologia não ajudaria só a convocar docentes para o trabalho, mas também a vigiá-los e puni-los” (p. 248).

O sujeito social contemporâneo

A consolidação do trabalho flexível e, portanto, precarizado, no capitalismo do fim do século passado - condição traduzida genericamente pela expressão “espírito do Toyotismo” – desafiou o materialismo histórico para a compreensão das novas formas de subjetividade geradas; o estudo de Alves (2011) constitui um exemplo deste enfrentamento teórico-conceitual. No século XXI, o termo “capitalismo de plataforma”, tratado no item anterior, tem hoje, de forma semelhante, colocado questões para o delineamento do sujeito social.

De saída, por se apresentarem como simples tecnologias comunicacionais, os aplicativos contribuem para ocultar “a exploração e espoliação do trabalho, assim como a degradação dos direitos laborais” (Casulo, 2022, p. 14). Na mesma direção,

⁴ Esta afirmação, destacada por nós em Antunes (2020b), não implica uma adesão das autoras a perspectivas deterministas ou fetichistas a respeito do desenvolvimento tecnológico (para uma abordagem materialista-histórica de tecnologia, referir-se a Lima Junior, 2014).

⁵ É importante marcar, entretanto, inclusive para desfazer perspectivas fetichizantes da tecnologia, que a uberização não se confunde com a plataformização ou o uso de tecnologias digitais. Venco (2019) nos possibilita chamar a atenção para este fato, ao analisar uma semi-uberização docente – uma permanência de formas contratuais que apontam, entretanto, para o oferecimento dos “serviços educacionais” em diferentes escolas, perfazendo um modo de ser docente “empreendedor”.

Antunes (2020b) - embora tratando especificamente do fenômeno correlato da uberização - afirma que, neste contexto, de mutações, “as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de ‘prestação de serviços’ e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho” (p. 11). Tais processos confluem para a afirmação do “empreendedorismo”, que, ao lado de outras ideologias, como a da “prosperidade”, produzem o que Casulo (2022) denomina de uma “dessubjetivação da classe” (p. 138).

Portanto, o funcionamento do capitalismo de plataforma nos encaminha para a análise do empreendedor neoliberal, enquanto sujeito social característico do capitalismo hodierno. Para tal, é necessária uma breve incursão no neoliberalismo como forma de sociabilidade, consubstanciando ideais, desejos, visões de mundo, linguagem e modos de ser trabalhador e trabalhadora: em outras palavras, as novas dinâmicas formativas do sujeito e sua (auto)gestão. Sob este aspecto, a obra de Dardot e Laval (2016) se mostra incontornável⁶. Os pesquisadores entendem o neoliberalismo como um “modo de ação que um indivíduo exerce sobre si mesmo por meio das técnicas de si, como encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (Dardot e Laval, 2016, p. 18).

O desafio de acumulação capitalista à qual o neoliberalismo responde está longe de ser uma crise do capitalismo sempre igual em si mesma. A originalidade do neoliberalismo se expressa como um novo conjunto de regras, que não apenas define em uma forma de acumulação diferente, mas também propõe uma sociedade específica (Dardot e Laval, 2016, p.24). Em linhas gerais, o neoliberalismo exige, obrigatoriamente, novas instituições e novo preceito subjetivo, que não correspondem mais àqueles do trabalhador produtivo das sociedades industriais. Em primeiro lugar, “o ser referencial desse neoliberalismo não é primeiro e essencialmente o homem da troca que faz cálculos a partir dos dados disponíveis, mas o homem da empresa que escolhe um objetivo e pretende realizá-lo” (Dardot e Laval, 2016, p. 140). Ou seja, o sujeito empreendedor neoliberal não é um

⁶ Dardot e Laval (2016) tomam como referência a obra de Foucault. Embora as distinções epistemológicas e ontológicas entre a matriz marxista e a foucaultiana extrapolem o objetivo deste artigo, não podemos deixar de mencionar que tais distinções são relevantes. Entretanto, a rigor, para compreender as mutações sociometabólicas do capital agrupadas sob o rótulo “neoliberalismo”, Dardot e Laval (2016) não deixam de lado as determinações - econômicas e políticas. Os autores afirmam ser necessário considerar o próprio materialismo histórico-dialético para buscar captar a novidade do capitalismo neoliberal (p. 21), além dos aportes foucaultianos.

capitalismo do liberalismo clássico de Adam Smith ou um produtor das sociedades industriais clássicas. Ademais, a “racionalidade neoliberal” desenvolvida entre os anos 1980-1990 não é a simples implementação da doutrina “neoliberal” elaborada nos anos 1930, numa condição de passagem de “teoria para a prática”. Ela é o resultado de uma “multiplicidade de processos heterogêneos (Dardot e Laval, 2016, p. 33-34).

A racionalidade neoliberal reconfigura a perspectiva de sociedade, que passa a ser idealizada plenamente como um mercado, onde cada pessoa é concebida como uma empresa em constante concorrência. A empresa de si mesmo é uma “entidade psicológica e social, e mesmo espiritual” (p. 335)⁷. Logo, a competição se internaliza e a vida pessoal passa a ser percebida como um capital a ser continuamente valorizado, processo no qual o sujeito social passa a ser o empreendedor de si mesmo (Dardot e Laval, 2016).

O mercado se constitui como um artifício que emprega motivações psicológicas e competências particulares, apresentando uma dinâmica auto formativa, onde o sujeito econômico se auto educa e aprende a se administrar (Dardot e Laval, 2016, p. 140)⁸. Agora, esse sujeito é envolvido por uma ordem de desempenho e gozo, flexível, precária, imprecisa, competitiva e fluida. Valoriza-se, destarte, a instabilidade e adaptabilidade infinita do sujeito. Tal subjetividade impõe o desenvolvimento, pelo indivíduo, da capacidade para “reagir rápido, inovar, criar, ‘gerir a complexidade numa economia globalizada’”, como um intérprete da incerteza; nesta complexidade incontrolável, “o domínio de si mesmo e das relações comunicacionais aparece como contrapartida” (Dardot e Laval, 2016, p.342).

Importante reiterar que a subjetivação determinada pela forma societária capitalista não foi inaugurada pelo neoliberalismo. Processos históricos de normatizações e técnicas de construção do sujeito social foram uma necessidade da sociedade industrial e mercantil, condicionando a educação, a moradia, o descanso e o lazer. No entanto, para Dardot e Laval (2016, p. 324), “a nova normatividade das sociedades capitalistas impôs-se por uma normatização subjetiva de um tipo

⁷ Como uma normativa generalizada, desde o Estado até a subjetividade, ela se reproduz na relação do sujeito consigo mesmo, como um “capital humano que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais” (Dardot e Laval, 2016, p.31-34).

⁸ Para os autores, o novo sujeito precisa necessariamente “naturalizar” as regras do jogo neoliberal, isto é, se adaptar, por exemplo, ao cenário do Estado-empresarial, no qual educação, saúde, previdência e lazer se definem apenas como mercadoria e a privatização destas esferas sociais possibilita a assim chamada liberdade de escolha.

particular”. Conforme já abordamos, uma onda de naturalização do risco, de estímulo à autossuperação ininterrupta e de responsabilização individual invade as relações sociais.

Em suma, para os autores mencionados, contrapondo-se às particularidades do sujeito liberal clássico - satisfeito ao circuito de produção, poupança e consumo, e à perspectiva de ascensão social linear e progressiva -, o sujeito neoliberal é produzido pela fluidez, pela incerteza e pela díade “desempenho/gozo”, a partir do “domínio de si mesmo” e do acúmulo de conhecimento suscitado pela existência individual e contingente. Por esta razão, de acordo com a nova razão do mundo, não haveria mais interesse em salário fixo e direitos trabalhistas – que, de fato, estão degradados - transformando o empreendedorismo em espaço de suposta liberdade e autonomia.

Sofrimentos (e sujeito social contemporâneo)

Uma vasta literatura vem sendo produzida sobre os efeitos da precarização do trabalho e da neoliberalização da vida na saúde do trabalhador. Por exemplo, Antunes e Praun (2020) consideram que a expansão do processo de precarização provoca degradação nas condições de trabalho e de vida das trabalhadoras e trabalhadores, como adoecimentos de toda ordem, psíquicos e físicos. O trabalho causa cansaço, dor e uma desconexão entre a atividade laboral e as relações humanas. Indica-se um aumento da instabilidade da saúde mental e dos níveis de estresse, ansiedade, irritabilidade, insônia e depressão. Os autores sinalizam ainda para a questão do suicídio, como uma das consequências de maior gravidade (Antunes e Praun, 2020, p. 148).

A perda de autonomia e de autoestima, aliada à impossibilidade de planejar o futuro, torna o ser social inseguro e vulnerável (Assunção, 2020). É relevante reiterar que elementos disciplinadores, como o gerenciamento das metas de produção e da assiduidade, o controle de parâmetros de qualidade, a diminuição do tempo de repouso e a competição, são geridos e potencializados, muitas vezes, por dispositivos tecno-digitais de coerção.

Assim, mesmo que o sofrimento da classe trabalhadora não seja restrito à contemporaneidade, Antunes e Praun (2020) consideram que há um novo mapa de acidentes e doenças laborais, consequência das diferentes formas que o capital

assume hoje para garantir sua reprodução. Antunes e Druck (2020) vão na mesma direção, afirmando que a nova era da degradação do trabalho impõe contornos decisivos sobre o sofrimento da classe trabalhadora. Por fim, Praun (2019) também reitera que, embora os processos de sofrimentos nonexo laboral não sejam novidade no modo de produção capitalista, o que há de novo é justamente a atual forma de precarização do trabalho, que enfraquece o reconhecimento, a valorização simbólica e as identidades individual e coletiva.

Formas de sofrer e subjetivação não são processos sociais desconectados. Por exemplo, Alves (2021) sintetiza a relação entre os sofrimentos gerados pelas mutações do trabalho e a constituição do sujeito. Para o autor, as alterações subjetivas são tão fundamentais quanto às mudanças objetivas na morfologia do trabalho. Assim, Alves (2021) destaca que as dimensões da precarização do trabalho, seja do valor da força de trabalho, seja das condições de existência social do trabalho vivo, condicionam formas de ser trabalhador e trabalhadora, se apresentando através dos adoecimentos e resultando no que o autor denomina de “vida reduzida”.

Tal relação (des) humana determinada pelo trabalho sob o capital é evidenciada no neoliberalismo. Os processos político-sociais e institucionais alteram e modulam as variantes do sofrimento e assumem o controle sobre a sua nomeação e renomeação.

Antes de nos aprofundarmos nesta questão, entretanto, é necessário reiterar que o sujeito neoliberal, ao empregar o envolvimento de si mesmo como centro do processo e do desejo de sucesso, desenha uma situação falseada em que toda satisfação depende unicamente dele e em que sua vontade se origina em si mesma. Em outras palavras, “o ‘homem empresarial’ caracteriza-se, assim, como sujeito unitário, como sujeito do envolvimento total de si mesmo na atividade à qual se propõe” (Dardot e Laval, 2016, p.327). A economia passa a ser uma disciplina pessoal, na qual todas as atividades são representadas como um investimento.

Consequentemente, dando um passo adiante em uma formulação apresentada do item anterior, podemos afirmar que a originalidade do neoliberalismo consiste em criar um conjunto de regras que definem não apenas outro regime de acumulação, mas uma nova sociedade *adoecida* (Dardot e Laval, 2016, p. 24, grifo nosso). A vicissitude de desempenho, que prova o valor da pessoa - e o próprio valor de sua reprodução enquanto ser vivo - produz efeitos patológicos: estresse,

assédios, suicídios, além de outros riscos psicossociais dolorosos e perigosos (Dardot e Laval, 2016, p.362), como a depressão, acompanhada de ansiedade, perda de interesse, falta de concentração, cansaço, distúrbios do sono e do apetite e oscilações entre a culpa e a baixa autoestima.

Os sofrimentos aparecem e se mantêm, pois o sujeito social do neoliberalismo contemporâneo precisa assumir dois papéis obrigatoriamente. O primeiro é o de ser um mestre em desempenho e competência⁹; o outro é de ser o sujeito e objeto de um gozo descartável. O sistema interioriza que os indivíduos vivam tal gozo sem barreiras, utilizando ferramentas como vigilância constante dos espaços sociais, rastreabilidade dos movimentos humanos, formas cada vez mais controladoras e auto controladoras – inclusive digitais - dos indivíduos (Dardot e Laval, 2016, p.361).

Neste ponto, se torna possível definirmos o sofrimento nos termos aqui abordados: “o sofrimento é entendido como tradução psíquica do sentimento social da indignidade, respeito e humilhação do operário ou do trabalhador intelectual” (Dunker *ET AL.*, 2021, p. 239). Os sofrimentos surgem a partir das condições existenciais, externalizadas nas narrativas que promovem controle sobre o trabalhador, responsabilidades fora do período laboral, criação de metas impraticáveis e políticas competitivas. Na totalidade da vida social, o sofrimento está mediado pelos campos da linguagem, da cultura, da economia e da política (Junior, 2021).

Tal definição nos possibilita retomar a questão da nomeação e renomeação acima referida. O próprio termo “sofrimento” implica uma disputa política e histórica. Para Safatle, Junior e Dunker (2021), o sofrimento “localiza-se de modo intermediário entre, por um lado, os sintomas e sua regularidade clínica e, por outro lado, o mal-estar e suas conflitivas existenciais”, concluindo que “determinar qual sofrimento é legítimo e qual não é, portanto, é uma questão não apenas clínica, mas também política” (Safatle, Junior e Dunker, 2021, p.8).

Safatle, Junior e Dunker (2021) apontam que há uma estrutura moldada nessa nova forma de vida neoliberal, cuja estratégia é promover um elevado comprometimento com o trabalho, sem implicar uma responsabilidade empresarial; isto é alcançado quando tal sofrimento é visto como algo espontâneo ou inerente ao ser humano. Assim, os autores apontam que “a força do neoliberalismo é

⁹ Por isso, sob o neoliberalismo, a mínima proteção de direitos trabalhistas e sociais se traveste em um papel protetor da preguiça e da ausência de iniciativa (Junior, 2021).

performativa”, no sentido que não se trata apenas de uma coerção comportamental, mas de “efeitos ontológicos na determinação e produção do sofrimento”. Em outras palavras, a razão neoliberal não é externa ao sujeito ou uma distorção dos diagnósticos clínicos: ela “recodifica identidades, valores e modos de vida por meio dos quais os sujeitos realmente modificam a si próprios, e não apenas o que eles representam de si próprios” (Safatle, Junior e Dunker, 2021, p.7). Cumpre aqui explicitar uma contradição do neoliberalismo no que tange ao sofrimento: ao mesmo tempo que categoriza novas afecções oriundas das relações sociais, sobre as quais discorreremos mais adiante, neste mesmo movimento, o diagnóstico clínico da subjetividade neoliberal permite que o “patológico” faça parte da normalidade social (Dardot e Laval, 2016, p.373).

Neste sentido, podemos afirmar que o neoliberalismo implica um certo usufruto do sofrimento: o discurso de “autorrealização” e “sucesso na vida” estigmatiza – e mesmo patologiza - o fracasso e a infelicidade. Essa “dessimbolização” gera uma “nova economia psíquica” (Dardot e Laval, 2016, p.368): “técnicas de si que visam ao desempenho individual por meio de uma racionalização gerencial do desejo” (Dardot e Laval, 2016, p.360). O discurso “psi”, transmutado e reunido ao econômico, é legitimado como elemento primordial de conduta e motor de transformação por técnicas próprias, como o *coaching*.

Nesta direção, a partir da perspectiva psicanalítica, Dunker *et al* (2021, p. 240) elucidam que “a defesa contra a angústia, ou seja, a preservação do eu, sob forma de negação, racionalização, projeção ou sublimação do conflito, é o que é visado pela gestão liberal do sofrimento”, numa busca de acomodação narcísica do Eu. Os mecanismos de defesa são percebidos pelo trabalhador e pela trabalhadora, no meio de um turbilhão de sentimentos conflituosos, como angústia, insatisfação e contrariedade. Desse modo, as relações trabalhistas, de acordo com os autores, são pautadas em discursos que carregam narrativas religiosas e místicas e que são enquadradas como experiências individuais isoladas. Essas exposições constituem, portanto, a “psicologia da gestão neoliberal do sofrimento” (Dunker *et al*, 2021, p. 241) e traz a depressão e a ansiedade como narrativas hegemônicas, geradas pelo padrão esperado pela autoridade e pelo auto empreendimento.

Para Safatle (2021), os processos aqui descritos apontam para a criação de uma gramática do sofrimento – e seus códigos de CID. O sujeito passa a se definir por esta gramática, cujo controle se insere no conjunto da luta de classes. Safatle

(2021, p.15) afirma que, nesta gramática neoliberal das emoções, ocorre uma psicologização peculiar da economia, dificultando a divergência política e se expressando como uma “racionalidade”.

Ainda na nova gramática do sofrimento, é notória a substituição de termos políticos por termos emocionais: justiça, espoliação e equidade são sobrepostos por ódio, frustração, medo e raiva. Este processo se dá num contexto que o autor denomina de “economia moral”, fruto da relação entre autonomia da economia política e a psicologia moral, onde a primeira influencia o campo social, incorporando determinações da segunda. As consequências da economia moral se apresentam na supressão abusiva do setor político enquanto espaço legítimo deliberativo e decisivo e no fortalecimento da condição patológica, que afeta os modos de sujeição psíquica e sofrimento social (Safatle, 2021, p.14).

Ademais, opera-se também a equivalência das relações político-sociais aos familiares. As relações passam a ser glosadas pelas figuras maternas e paternas, pautadas no amor e reconhecimento de família, como padrão para uma (inexistente) harmonia social. Ou seja, a ideia de eliminar qualquer conflito exige que a ligação seja devota, quando compara a administração governamental com a gerência familiar-residencial. Além de apontar uma fantasia naturalizada dos modos de produção e circulação de riquezas, também se almeja uma resiliência dócil entre corpo social e corpo materno, fraterno e paterno, gerando uma dependência e naturalização da sujeição desses corpos (Safatle, 2021).

Assim, as relações sociais foram “psicologizadas”, numa espécie de “humanização” da empresa capitalista, gerando modelos reprogramados para afetar as subjetividades. Com o uso do vocabulário administrativo-psicológico, a política de capital humano otimizou a transferência dos recursos humanos da empresa para os consultórios e as salas de terapia (Safatle, 2021, p.24).

Portanto, ocorre uma nomeação e renomeação de categorias clínicas psíquicas (Dunker et al., 2021; Rossil e Junior, 2018). Para Safatle (2021), “modelos socioeconômicos são modelos de governo e gestão social de subjetividades (...). Eles não podem ser elucidados sem a gestão de uma psicologia que lhes é inerente” (p. 26).

Não à toa, quando o neoliberalismo ascendeu em 1970, houve concomitantemente uma alteração nas formas descritivas do sofrimento, sistematizadas no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

(DSM-III). Este manual, utilizado pela psiquiatria, traduziu um distanciamento da gramática social anterior, apontando uma nova consciência da dimensão conflitual dos processos sociais próprios ao sistema capitalista (Safatle, 2021). Ocorreu uma reformulação completa, retirando as neuroses como determinante principal para o surgimento do sofrimento e promovendo a hegemonia das depressões. Conseqüentemente, a depressão aparece como uma tragédia inerente à inadequação do indivíduo, retirando do sofrimento psíquico o contexto consciente da violência social (Júnior, 2021; Safatle, 2021).

Em suma, as formas de interpretação e nomeação do sofrimento altera a própria experiência deste afeto, não sendo algo externo à subjetificação - o que remete à já apontada dimensão ontológico-performativa do sofrimento neoliberal. O sofrimento é indissociável das formas como é expresso e percebido socialmente (Júnior, 2021). Tal máquina subjetiva e objetiva tem a intenção de garantir a reprodução social, de apagar a inconsistência das relações e de ocultar as consequências das metamorfoses do trabalho. Há, portanto, uma "normalização" da alta incidência de sofrimento mental. Ao tratar a ordem estabelecida como natural - mesmo sem mencioná-la -, estabelece-se um diálogo com a lógica da culpabilização dos sujeitos, disseminada e reforçada no atual estágio do capital.

É importante observar, por fim, antes de passarmos aos sofrimentos docentes, que a historicidade dos sofrimentos neoliberais exposta neste item não significa que não há um efetivo aumento do sofrimento. Segundo a literatura (Dunker et al., 2021; Safatle, 2021; Rossi e Junior, 2018; Secco e Kovalski, 2021; Antunes e Praun, 2020; entre outros), podemos afirmar que, sim, sofremos mais globalmente. A resposta neoliberal tem sido a patologização dos sujeitos, deslocando este caráter dialético do sofrimento, sintomático de crise social, rumo ao campo biomédico. Em outras palavras, trata-se o sofrimento e suas locuções como exclusivamente biológicos, criando critérios diagnósticos e medicalizando um conjunto de problemas de natureza estrutural.

As formas de sofrimentos do trabalho docente no Brasil

Para constituir um corpus de análise sobre as formas de sofrimento do sujeito docente contemporâneo e as articulações com sua constituição, foram acessadas duas fontes de busca - a Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e a Scientific Electronic

Library Online (SCIELO) - nas quais se levantaram, em artigos publicados no período de 2018 a 2022, os cruzamentos entre os seguintes grupos de palavras: “trabalho docente/trabalho do professor/docência”; “sofrimento, adoecimento psíquico, saúde psíquica, mal-estar, saúde mental, violência” e “precarização/precariedade/flexibilização/precário”.

O *corpus* resultou em um total de 22 artigos, analisados numa abordagem de caráter descritivo-exploratório, revelando um mapeamento dos efeitos psíquicos da precarização neoliberal e as características do sofrimento no sujeito social docente:

Figura 1 - Efeitos e tipos de sofrimento oriundos da precarização do trabalho docente no Brasil, segundo a literatura (2018-2022)



Fonte: elaborada pelas autoras, 2023.

A figura reitera que as exigências laborais despertam sentimentos de sofrimentos, incertezas e angústias dos profissionais, tanto no Ensino Superior como na Educação Básica, conforme atestam os trabalhos de Ferreira e Menezes (2021), Vivian *et al.* (2019) e Elias e Navarro (2019)¹⁰. Nesse sentido, cabe destacar o

¹⁰ Não é objeto de discussão, no artigo, as singularidades do sofrimento dos profissionais em cada nível de ensino. Não podemos deixar de observar, contudo, que o sofrimento no ensino de nível superior também é uma temática relevante. Essa categoria vem se submetendo a contratempos materiais e administrativos que interferem no fazer docente cotidiano, apontando para a rotinização da atividade (Ferreira e Menezes, 2021, p.7). O trabalho de Vivian *et al.* (2019) reconhece que esses aspectos, juntamente com a necessidade de resposta à mobilização emocional, influenciam a saúde

estudo de Ferreira e Menezes (2021), que mostra que a docência exerce seu trabalho tanto na educação quanto na pesquisa, sendo capturada por prazos e cronogramas diversos. Além disso, não é atípico o(a) professor(a) acumular as funções com algum cargo de gestão. Podemos concluir que, a partir de Elias e Navarro (2019), esse acúmulo de funções é acompanhado da perda de sentido sobre seu papel, surgindo os efeitos em seus corpos e psiquismo (Elias e Navarro, 2019, p.52).

Uma primeira questão de destaque relativa ao sofrimento docente incide no fenômeno da medicalização crescente. Vivian *et al.* (2019) referem que o consumo dos medicamentos psicotrópicos, muitas vezes, rege a vida de professoras(es), disfarçando as tensões advindas do ambiente laboral. Portanto, a medicalização pode maquiagem o sofrimento mental, dificultando que profissionais reconheçam as implicações e os incômodos causados pelas experiências no trabalho. O estudo de Penteado e Neto (2019, p.145) também trata da temática, considerando, especificamente, a automedicação: os autores afirmam que os(as) docentes só procuram por ajuda profissional médica quando chegam ao limite de suas forças, fazendo com que o processo de automedicação (e medicalização) se intensifiquem. Ou seja, a medicação e automedicação podem camuflar o sofrimento, gerando o denominado "presenteísmo" - trabalho exercido mediante situações de sofrimento ou adoecimento, por vezes, à base de automedicação.

A síndrome de Burnout ganha relevância entre os sofrimentos discutidos na literatura (Ferreira e Pezuk, 2021; Ribeiro et al., 2022; Dias e Silva, 2020). Nesse tema, o estudo de Ferreira e Pezuk (2021, p. 486) se sobressai, ao apontar que as condições trabalhistas, os conflitos interpessoais e o mau uso do tempo causam um estado máximo de esgotamento mental e físico aos(às) docentes; por esta razão, os autores se referem à síndrome como uma condição tridimensional de fatores relacionados às atividades de trabalho, sendo geradores da crise de sentimentos, frustração em relação ao sentido de produção, desempenho e perda de propósito profissional. Ainda sobre o burnout, a pesquisa de Dias e Silva (2020) merece atenção, por duas razões: diferentemente dos demais trabalhos, os autores

e qualidade de vida dos (as) docentes que atuam no ensino superior. Por fim, de acordo com Elias e Navarro (2019), o processo de reestruturação produtiva modifica a organização do trabalho, envolvendo o uso de tecnologias e exacerbando, assim, o gerencialismo que afeta diretamente a psiquê desses(as) trabalhadores(as).

concluem que a síndrome de Burnout pode ser mais prevalente no sexo masculino. Embora tanto professores quanto professoras sintam dificuldades para identificar a síndrome, devido às pressões da masculinidade, os homens demoram mais para buscar o diagnóstico.

Sobre o contexto da pandemia de Covid-19 (2020), as pesquisas de Troitinho *et al.* (2021) e Pinho *et al.* (2021) trazem elementos fundamentais sobre o agravamento dos impactos na saúde mental de professoras(es) neste período no Brasil. Vale destacar aqui as conclusões de Troitinho *et al.* (2021), inclusive pela relação com a tecnologias digitais: os autores demonstram que, durante as atividades remotas, os (as) docentes apresentaram inúmeros sofrimentos, devido à sobrecarga de trabalho e às novas demandas do trabalho docente, como produção de conteúdo virtual e edições de vídeos. A pesquisa traz ainda contribuições consideráveis em relação à instauração de sofrimentos, como sentimentos de solidão e isolamento, gerados pela ausência de convivência com colegas de profissão. Na mesma direção, Pinho *et al.* (2021, p.11) apontam que a saúde mental, com alterações no sono, foi agravada na pandemia, prevalecendo, os maiores níveis, em trabalhadoras (es) que tinham alta sobrecarga doméstica, medo do desemprego e inaptidão para utilizar ferramentas digitais (“tecnoestresse”)¹¹.

Por fim, verifica-se, ainda, a partir da literatura, a importância de sinalizar a depressão, ao lado do burnout, como manifestação do sofrimento psíquico docente e como a causa mais frequente de incapacitação profissional. Machado, Almeida e Dumith (2020, p.74) citam dados do Brasil, que apontam que 28% da população, em média, será acometida com algum tipo de depressão em algum período da vida, mesmo que os sintomas apareçam de forma velada. As condições precárias que docentes brasileiros (as) vivenciam - a pesquisa foi realizada em uma universidade federal - causam-lhes adoecimentos físicos e psíquicos. Esse texto merece a nossa atenção, pois nele se expressa a maior incidência de depressão em docentes fumantes e em mulheres. Ficou demonstrado, no estudo, que a condição atinge o dobro de professoras, em relação aos professores, pois, nas mulheres, adoecimento está acompanhado por culpa da condição de sofrimento.

¹¹ “Tecnoestresse” é um conceito proposto na década de 1980 para explicar uma enfermidade de adaptação decorrente da baixa habilidade para lidar, de maneira agradável, com as novas tecnologias (PINHO ET AL.,2021, p.11).

As mutações do sujeito social docente contemporâneo

Neste item, exploramos como as atuais configurações do trabalho e seus sofrimentos, já tratados nos itens anteriores, podem indicar um novo perfil docente. Para organizar nossa análise, sistematizamos, a partir da literatura, quatro questões interligadas na subjetificação deste trabalhador, conforme a tabela a seguir, ressaltando que estas mutações podem ocorrer sobrepostas no *corpus*.

Tabela 1: Mutações do sujeito social docente contemporâneo na literatura da área no Brasil (2018/2022)

PROCESSOS SÓCIO-SUBJETIVOS	NÚMERO DE ARTIGOS (TOTAL ≠ 22)	PERCENTUAL (TOTAL ≠ 100%)
DESIDENTIFICAÇÃO/DESPERSONALIZAÇÃO DOCENTE	8	36%
CONTROLE DA SUBJETIVIDADE DOCENTE	6	27%
VULNERABILIDADE DOCENTE E VIOLÊNCIAS SOFRIDAS PELAS (OS) DOCENTES	6	27%
TRANSFORMAÇÕES NA FUNÇÃO SOCIAL DOCENTE	8	36%

Fonte: elaborada pelas autoras, 2023.

A desidentificação é um processo amplamente referido na literatura (Troitinho et al., 2021; Elias e Navarro, 2019; D'Oliveira et al., 2020; Sardi e Carvalho, 2022). Dentre esses estudos, por partir de uma abordagem marxista, se destaca o estudo de Troitinho *et al.* (2021), que vincula diretamente a desidentificação docente com a precarização do trabalho no contexto atual. De fato, a solidão e o isolamento são elementos presentes na profissão e causam grande impacto no cotidiano laboral.

Tal processo pode se vincular, por sua vez, às transformações das funções sociais docentes, das quais trataremos mais adiante, sugerindo uma mudança na atividade pedagógica dos profissionais. A aquisição de habilidades de edição de

vídeo, organização e manutenção de redes sociais, participação em atividades remotas e utilização de diversas plataformas e/ou aplicativos são exemplos dessas alterações. Dessa forma, a desidentificação surge quando novas atividades são introduzidas no cotidiano docente.

No entanto, a desidentificação não se limita às alterações de funções profissionais. A competitividade e intensa produtividade, apontadas por D'Oliveira et al. (2020), implicam alterações nas relações tanto entre pares, quanto entre profissional e objeto laboral, promovendo uma insensibilidade emocional - ou uma nova "sensibilidade emocional" - que também altera a identidade.

Quanto ao controle da subjetividade docente, os textos (Sardi e Carvalho, 2022; Elias e Navarro, 2019; Pinho et al., 2020; Alves et al., 2022; Gerheim e Castro, 2018; Penteado e Neto, 2019) apontam sua utilização como mecanismos do capital, para promover formas de alienação da categoria. Aulas podem ser gravadas e transmitidas a qualquer tempo. Pinho *et al.* (2020, p. 11), sobre o tema, destacam o ataque à autonomia pedagógica através dos recursos tecnológicos. Outro traço da cultura do controle da subjetividade docente se dá na coerção social que se manifesta através do imperativo da "qualidade" do ensino. Segundo Alves *et al.* (2022, p.1034), "a coerção social está relacionada a situações como pressionar para obter melhores notas". Gerheim e Castro (2018, p.46) comparam tal demanda com operários de fábrica de parafusos, submetidos às exigências dos clientes e mercado, sobretudo, na rede privada. Portanto, os docentes assumem uma resiliência e internalizam uma disciplina, em função do fato de que outros, que não seus estudantes, podem assistir às aulas gravadas, o que possibilita um controle permanente de seu desempenho.

A violência, como expressão da vulnerabilidade, é definida por Alves *et al.* (2022, p.1028), como "fruto da sociedade, que surge do tecido socioeconômico e político e se estrutura no indivíduo e nas instituições, que não são naturais". Identificamos contribuições relevantes também nos textos de Elias e Navarro, (2019), Dias *et al.* (2022) e Albuquerque *et al.* (2018). Os estudos sinalizam que a violência laboral pode ser de natureza verbal - relacionadas à identidade de gênero e à orientação sexual, por exemplo - e de natureza física - como interrupções na sala de aula, gestos ou falas obscenas, assédio sexual, ou agressões sem contato. As violências causam medo, insatisfação, deixando docentes vulneráveis no ambiente em que trabalham. Foram identificadas em todos os níveis escolares, da

educação básica ao ensino superior, em áreas urbanas, suburbanas e rurais, prevalecendo a física, seguida da verbal. Também expostos (as) às violências, estudantes reproduzem comportamentos agressivos, que acabam por desrespeitar as regras de convívio social escolar. Um artigo que merece destaque neste tema é o de Albuquerque *et al.* (2018), pois os autores partem da relação entre, de um lado, violência e vulnerabilidade docente e, de outro lado, a negação dos direitos de cidadania da população atendida. A violência – que pauta mutações nas relações sociais, inclusive interpessoais, entre docentes e seus pares e entre docentes e estudantes - gera formas degradadas de ser profissional da educação.

Retomando a transformação de funções laborais, como último aspecto da constituição do sujeito docente, podemos mencionar as análises de Martins, Salvador e Luz (2020), Alves *et al.* (2022), Gerheim e Castro (2018), Simões e Cardoso (2022), Elias e Navarro (2019), Pinho *et al.* (2021), Sardi e Carvalho (2022), e Penteado e Neto (2019). Dentre tais estudos, damos ênfase ao exposto por Gerheim e Castro (2018, p. 45), que explicitam que, para manter-se no mercado, cada instituição opera e define as suas prioridades, cada vez mais, de acordo com o imperativo da flexibilidade, tornando os docentes meros agentes e as suas funções um trabalho mecânico. Nesse contexto, observamos que o professorado cria relações arriscadas e conflituosas com estudantes, familiares, representantes administrativos (coordenações e direções) e até com colegas de trabalho. Em torno destas demandas, determina-se uma série de formas de ser e de trabalhar, cruzadas por sentimentos de profundo desprezo e desvalorização. Tais relações impõem funções que ultrapassam o educativo, redimensionam o papel social docente e as formas de ser trabalhador da área.

A percepção dos professores (as) é de trabalho constante, nos dias de trabalho ou fora dele, e até mesmo quando estão de férias. Ainda que as atividades letivas, presenciais ou remotas, sejam encerradas, o docente permanece vinculado às futuras atividades dos próximos períodos letivos, à recepção de turmas, aos planejamentos - e aos grupos de aplicativos. Sobre este tema, o estudo Sardi e Carvalho (2022) é crucial. Sendo dedicado a compreender o processo de trabalho na transição da educação presencial para o ensino remoto emergencial, os autores destacam a nova função de tutoria. Dentro das novas técnicas gerenciais, os profissionais encontram limites para se expressar e interagir, perdendo o controle do trabalho e alterando estilo e gosto pessoais. Fica evidente que o docente não ocupa

a centralidade do processo de aprendizagem. Há, inclusive, dificuldades de se reconhecer como docentes. Temos, assim, concomitantemente, processos de desidentificação, vulnerabilização, controle e mutação de função social - no caso, suscitados pela pandemia, porém não determinados ou restritos a ela.

Em suma, sobretudo depois do período pandêmico, a docência se encontra em disputa continuamente. Assim como houve aumento da carga horária, dos custos relacionados a meios (aparelhos, materiais pedagógicos, pacotes de internet e outros recursos) e da submissão ao controle, também se elevou a demanda por educação presencial e, concomitantemente, à distância, nos feriados e finais de semana. O incremento de produtividade, tanto na educação básica quanto no ensino superior, leva o (a) trabalhador (a) a diminuir suas horas de descanso, sono e lazer, aprofundando o sofrimento.

Considerações Finais

O artigo buscou tratar do sofrimento docente contemporâneo como uma questão política determinante na construção deste sujeito social. Partimos das expressões da precarização do trabalho docente, para ampliar nossa análise mergulhando nas formas de sujeito social e nos sofrimentos sob o trabalho precarizado no contexto do neoliberalismo. Ao impor que o sujeito se valorize como uma empresa de si mesmo, o neoliberalismo gera o sofrimento psíquico, mas também administra e categoriza este mesmo sofrimento numa chave individualista.

Este referencial teórico-analítico nos permitiu tratar do sujeito docente hodierno, mapeando seus sofrimentos e os processos de subjetificação a eles relacionados. Foi possível identificar, assim, que as formas de sofrimento e de subjetificação contemporâneas encontram expressões específicas no trabalho docente. Tratamos, nesta direção, ao lado das manifestações concretas dos sofrimentos físicos e mentais, da desidentificação/despersonalização, do controle da subjetividade docente, dos efeitos da vulnerabilidade e violências sofridas pelo professorado, e das transformações na função social docente. Em síntese, os resultados desta pesquisa evidenciam que o reconhecimento profissional e da identidade ficam comprometidos, sugerindo que está em curso, uma dinâmica de novas formas de ser sujeito social docente, determinada pelas transformações do mundo do trabalho e da vida social-política. Tal determinação está longe de explicar

todas as afecções e os sofrimentos do ser social, mas indica que a individualização não é explicação socialmente suficiente e pode mascarar o processo social em curso.

Para buscar superar esta degradação da vida social, nos ancoramos em Marx e Engels (2007, *passim*, sobretudo p. 46 e p.69): a concorrência entre os trabalhadores destrói a cada momento a organização dos proletários em classe; porém, no bojo destes mesmos processos históricos, encontram-se condições objetivo-existenciais a partir das quais tal organização pode ser refeita em outros termos. Assim, as formas hodiernas destruidoras de ser docente e sua análise constituem as próprias condições para a superação dos sofrimentos, uma vez reimaginadas nossa organização enquanto classe.

Referências

ABILIO, L. Ludmila Abílio e a uberização antes do Uber. **Outras palavras**, 13 abril 2021. Disponível em: <https://urx1.com/QdPJX>. Acesso em 3 de fevereiro de 2023.

ABÍLIO, L. et.al. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 57, mai.-ago. p. 26-56. 2021.

ALBUQUERQUE, G. S. C. de; *et al.* Exploração e sofrimento mental de professores: um estudo na rede estadual de ensino do Paraná. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 3, p. 1.287-1.300, set./dez. 2018. Disponível em: <https://urx1.com/lif9b>. Acesso em 26 de maio de 2022.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade** – o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ALVES, G. A nova precariedade salarial: a ofensiva do capital no limiar da Quarta Revolução Industrial. In: ALVES, Giovanni (org.). **Trabalho e Valor: o novo e precário mundo do trabalho no século XXI**. Marília, SP: Editorial Práxis, 2021.

ALVES, A. G; et al. Dimensões da violência do aluno contra o professor. **Ciência saúde coletiva** n. 3, v 27, mar 2022. Disponível em: <https://urx1.com/b96Pd>. Acesso em 20 de maio de 2022.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020a.

ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: Antunes, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020b.

ANTUNES, R; DRUCK, G. A precarização do trabalho como regra. In: **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. In: **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. A uberização e as novas experimentações do trabalho no capitalismo virótico. In: ALVES, Giovanni (org.). **Trabalho e Valor**: O novo e precário mundo do trabalho no século XXI. Marília, SP: Editorial Práxis, 2021.

ASSUNÇÃO, D. **A precarização tem rosto de mulher**. Ananindeua, PA: Itacaúnas, 2020.

CASULO, A. C. A. **O mal-estar na era da barbárie social**: a subjetividade do motorista de aplicativos. 2022. 212f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) - UEP, Assis.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, B. V. B; SILVA, P. S. de S. da. Síndrome de burnout em docentes: revisão integrativa sobre as causas. **CuidArte, Enferm.** 14(1): 95-100, 2020. ID: biblio-1120510. Disponível em: <https://l1nq.com/HV0as>. Acesso em 18 de maio de 2022.

D'OLIVEIRA, C. A. F. B; et al. Configurações do mundo do trabalho e o processo saúde-doença dos trabalhadores docentes de enfermagem. **Revista Enfermagem UERJ**, 28: e33123, jan.-dez. 2020. Disponível em: <https://ury1.com/z4j6h>. Acesso em 16 de maio de 2022.

DRUCK, G. Trabalho, Precarização e Resistência: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, número especial, p. 37-57, 2011. Disponível em: <https://l1nq.com/uP23X>. Acesso em 17 de maio de 2022.

DUNKER, C; et al. Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira. In: SAFATLE, Vladimir, JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian. (Orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021.

ELIAS, M. A; NAVARRO, V. L. Profissão docente no ensino superior privado: o difícil equilíbrio de quem vive na corda bamba. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2019, vol. 22, n. 1, p. 49-63. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-3717201900010004&lng=n. Acesso em maio de 2023.

FERREIRA, E. C; PEZUK, J. A. Síndrome de Burnout: um olhar para o esgotamento profissional do docente universitário. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 26, n. 02,

p. 483-482, jul. 2021. Disponível em: <https://corta.link/DgbUp>. Acesso em 18 de maio de 2022.

FERREIRA, P. A. P; VASQUES-MENEZES, I. Conflitos do professor universitário: o que sabemos sobre isso? **Psicologia em Estudo**, 26. 2021.

GERHEIM, M. S; CASTRO, F. G.. As tensões de ser professor no setor privado de ensino. **Arq. bras. psicol.** 70(3): 35-50, set./dez. 2018. Disponível em: <https://l1nq.com/Oz0EM>. Acesso em 10 de maio de 2022.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**, vol. 22, nº 1, jan. - abr. 2020. Disponível em:
file:///C:/Users/Windows%2010%20Pro/Downloads/Plataformização+do+trabalho_+entre+a+datificação,+a+financeirização+e+a+racionalidade+neoliberal%20(1).pdf.
Acesso em 05 de junho de 2022.

JUNIOR, N. da S. O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do “Pacto edípico, pacto social”, de Hélio Pellegrino, ao “E daí?”, de Jair Bolsonaro. In: SAFATLE, Vladimir, JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian. (Orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021.

LIMA JUNIOR, P. et al. Marx como referencial para análise de relações entre ciência, tecnologia e sociedade. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 20, n. 1, p. 175-194, 2014. DOI:10.1590/1516-731320140010011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/pf6tyHFWWXpcdW57GcYdK8b/?lang=pt>. Acesso em 5 de março de 2022.

MARTINS, N. H. S. P; SALVADOR, D. F; LUZ, M. R. M. P. O mal-estar docente nas discussões sobre ensino nutrição: falas de professoras da educação básica em fóruns virtuais. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, 2020, e00286118. Disponível em: <https://ury1.com/i79hz>. Acesso em 07 de abril de 2022.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, B. M. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo, Boitempo, 2019.

OLIVEIRA, I. F. de; Druck, G. (2021). O debate conceitual sobre terceirização: uma abordagem interdisciplinar. **Caderno CRH**, 34, e021029. Disponível em: <https://l1nq.com/2d7Qg>. Acesso em 10 de janeiro de 2023.

PALACIOS, R. A; FLECK, C. F. Docente ou doente: como fica a rotina dos profissionais da educação com o crescente adoecimento emocional? **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 36, p. 365-391, 2020.

PENTEADO, R. Z; NETO, S. de S. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão.

Saúde e sociedade. 28, Jan-Mar 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/fkDM2>. Acesso em 29 de abril de 2022.

PEREIRA, P. do N.; MARTINS, C. M. Ideologia em produções científicas sobre empreendedorismo em enfermagem no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 32, p. e220270pt, 2023.

PINHO, P. S. *et al.* Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021.

PRAUN, L. Trabalho, adoecimento e descartabilidade humana. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

PREVITALI, F; FAGIANI, C. Trabalho digital e educação no Brasil. *In*: Antunes, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

RIBEIRO B. M; MARTINS J. T *et al.* Associação entre a síndrome de burnout e a violência ocupacional em professores. **Acta Paul Enferm.** 2022;35:eAPE01902. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO01902>. Disponível em: <https://ury1.com/gGKIq>. Acesso em 26 de abril de 2022.

RODRIGUES, F. **Transformações no mundo do trabalho e nas formas de sofrimento:** um novo sujeito social docente no Brasil? 2023. 197 f. Dissertação. (Mestrado em Educação Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023.

ROSSI, H. C; JÚNIOR, C. K. A. Neoliberalismo e sujeito: construção da identidade, ressignificação do sofrimento e exclusão da diferença. **Revista Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo:** v. 113, p. 761 – 774. jan./dez. 2018. Disponível em: <https://l1nq.com/tgCcq>. Acesso em 13 de setembro de 2022.

SAFATLE, V; JUNIOR, N. da S.; DUNKER, C. (Orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** São Paulo: Autêntica, 2021.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. *In*: SAFATLE, Vladimir, JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian. (Orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** São Paulo: Autêntica, 2021.

SARDI, R. G; CARVALHO, P. R. de. Docência na educação à distância: processos de subjetivação. **Psicologia Escolar e Educacional.** 2022, v. 26. Disponível em: <https://urx1.com/pbkeB>. Acesso em 06 de junho de 2022.

SECCO, A. C; KOVALESKI, D. F. From being entrepreneur of the self to the medicalization of performance: reflections upon labour market flexibilization. **Ciência**

& Saúde Coletiva, 27(5):1911-1918, 2022. Disponível em: <https://l1nq.com/xBsJZ>
Acesso em 13 dez. 2022.

SILVA, A. M. da. A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência de precarização no século XXI. **Trabalho Necessário**, v. 17, n. 34, p. 229-251, 2019.

SIMÕES, E. C; CARDOSO, M. R. A. Violência contra professores da rede pública e esgotamento profissional. **Ciência & Saúde Coletiva**, (Impr.). n. 3, v 27, p. 1039-1048, mar. 2022. Disponível em: <https://ury1.com/35gl0>. Acesso em 20 de junho de 2022.

SOUZA, D. M; TROVÃO, C. J. B. M. A dinâmica da informalidade no Brasil e na Argentina (2012–2019) e a vulnerabilidade da classe trabalhadora. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, 2022, e00181175. Disponível em: <https://encurtador.com.br/flzK8/>. Acesso em 15 de janeiro de 2023.

TROITINHO, M. C. R. *et al.* Ansiedade, afeto negativo e estresse de docentes em atividade remota durante a pandemia da COVID-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, 2021, Disponível em: <https://l1nq.com/Vt6vS>. Acesso em 20 de maio de 2022.

VIVIAN, C. *et al.* Estratégias de defesa contra o sofrimento no trabalho de docentes da pós-graduação stricto sensu. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2019, vol. 22, n. 2, p. 217-234. Disponível em: <https://abrir.link/ovLP8>. Acesso em 25 de maio de 2022.